



CADERNO NOVA CARTOGRAFIA

Resistência e Mobilização dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós

“Em 2004 nós estávamos na Guiana Francesa, uma pessoa falou ainda que nas regiões do Pará, muitas pessoas estavam virando índio. Ficamos assim..., ninguém está virando índio, nós nascemos índios, nós somos resistentes. Essas palavras de virar índio, não fomos nós que colocamos, por que nós somos índios resistentes”.

JUNHO
2014

PROJETO

Mapeamento Social

como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



1

Processo de territorialização indígena no baixo Tapajós

No baixo tapajós, a dimensão política dos processos de territorialização dos indígenas relaciona-se principalmente com a apropriação de território pelos grupos étnicos e pela defesa de um modo de vida que conflita com as normativas das unidades de conservação e com as atividades econômicas de exploração intensiva e devastação dos recursos naturais.

Podem-se identificar três momentos importantes nesse processo de territorialização. O primeiro, quando as comunidades ribeirinhas, localizadas às margens dos rios Tapajós e Arapiuns, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), pela Igreja Católica e Ministério Público Federal (MPF), mobilizaram-se em prol da criação da Resex Tapajós-Arapiuns, visando a proteção de seus territórios que estavam ameaçados pela presença de madeireiras e pequenas mineradoras. No início de 1997, após muitos encontros intercomunitários, mais de 60 comunidades solicitaram oficialmente a criação da Resex Tapajós-Arapiuns, e realizaram várias mobilizações para pressionar o governo federal a atendê-los. Nesse contexto de mobilização em 1997, foi fundado, por iniciativa de Florêncio Vaz, o Grupo Consciência Indígena (GCI). Em fins de 1998 a resex tapajós-arapiuns foi criada, significando uma grande conquista para as comunidades locais.

O segundo refere-se à autoafirmação das famílias da comunidade de Taquara, em 1998, que atendendo ao pedido de seu curador Laurelino Floriano, o qual afirmava não ter vergonha de sua origem indígena, protocolou na Funai a primeira solicitação de reconhecimento oficial da identidade indígena. Após a adesão da comunidade de Taquara ao movimento indígena, outras comunidades passaram a se reconhecer como indígenas. Foi nesse contexto que ocorreu o I Encontro dos Povos Indígenas do rio Tapajós, nos dias 31/12/1999 e 01/01/2000, na comunidade de Juarituba. O objetivo principal foi celebrar os 500 anos de resistência indígena e promover o resgate da história, identidade e tradições indígenas locais. Nesse encontro, com apoio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 150 representantes de 10 comunidades debateram, principalmente, sobre os direitos indígenas. Na oportunidade, os presentes foram convidados a participarem da marcha indígena dos 500 anos, que passaria em Santarém, em abril de 2000, a caminho de coroa vermelha (BA).

O terceiro momento ocorreu em maio de 2000, com a criação do Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA). A partir de então, constituiu-se principal representação política de mobilização indígena do Baixo Tapajós, passando a organizar juridicamente as ações do movimento no plano dos direitos indígenas frente a Funai e a outros órgãos públicos.

CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL

“Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos. Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tombaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e de poder. Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.” TRECHO DO DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA, ABRIL 2000



Assembleia do CITA, realizada em abril de 2011

AUTORIA SOLANGE GAYOSO, ACERVO PNCSA – NÚCLEO BAIXO AMAZONAS 2011

O movimento indígena no baixo rio Tapajós

Prof. Dr. Florêncio Almeida Vaz é indígena, antropólogo, professor do curso de antropologia da UFOPA/PAA/ICS. florencioalmeidavaz@gmail.com.

O processo de reorganização política de povos indígenas no baixo rio Tapajós, no Oeste do Pará, faz parte de um fenômeno mais amplo que ocorre em toda a Amazônia, na América Latina e no mundo. Povos já dados como extintos entram em cena novamente, alterando as relações entre esses grupos e as instituições do Estado e com os outros movimentos sociais e modificando a dinâmica interna dessas próprias comunidades, que até passaram a se classificar como aldeias e a se referir aos seus líderes como caciques.

São doze os povos indígenas que, desde a década de 1990 passaram a se mobilizar e reivindicam seus direitos diante do governo. A saber: Tapajó, Tupaiú, Tupinambá, Arapium, Borari, Maytapu, Munduruku, Cara Preta, Apiaká, Cumaruara, Arara Vermelha e Jaraqui. Se hoje são 55 aldeias e aproximadamente 7 mil indígenas na região, tudo começou com o pequeno povoado de Taquara, que em fins de 1998 se assumiu publicamente como indígena, atendendo a um pedido do seu falecido líder e patriarca, o curador Laurelino Floriano, que gostava de afirmar que ele era índio e não se envergonhava dessa condição. Os moradores de Taquara procuraram a Fundação Nacional do Índio (Funai) em Itaituba, buscando o reconhecimento de que eles também eram índios e reivindicando a demarcação das suas terras. Em maio de 2000, já somavam 11 as aldeias indígenas no baixo Tapajós demandando reconhecimento oficial, e seus líderes resolveram criar o Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), para melhor coordenar as ações do nascente movimento indígena, junto com o Grupo Consciência Indígena (GCI), que tem fornecido apoio na parte da formação política, animação, divulgação e articulação. Dizer que estes povos

passaram a se reorganizar e ganhar visibilidade política nos anos 1990 não significa que antes não havia indígenas na região.

Estas pessoas estão convencidas de que elas efetivamente são indígenas porque estão em continuidade com os povos indígenas que primeiro habitaram aquelas terras. A história e a antropologia lhes dão razão. Os vários povos que ali habitavam a época da chegada dos europeus, e que, desde então, foram profundamente impactados pelas guerras, epidemias, escravização e catequese, não desapareceram num passe de mágica. Seus descendentes, incluindo os mestiços, reorganizaram suas crenças, seu modo de vida e suas comunidades, criando estratégias para resistir e continuar vivendo. A crença nos encantados e a existência dos *pajés* ainda hoje é sinal desta resistência. Outra, as *aldeias* ribeirinhas estão majoritariamente estabelecidas nas mesmas áreas em que viveram seus antepassados e se organizam conforme um padrão cultural deles herdado. Mais recentemente, *comunidades* localizadas à margem da Rodovia Santarém-Curuá Una e distantes dos rios Tapajós e Arapiuns, também passaram a se *assumir* indígenas. Estão na região do Planalto Santareno, área de intensa colonização, mais próxima de um estilo que pode ser visto como camponês (pequenos lotes familiares, agricultura voltada para o mercado etc.). Muitas destas famílias são descendentes de migrantes nordestinos, outras são descendentes de quilombolas e de indígenas do rio Tapajós. São *aldeias* mais heterogêneas internamente, se comparadas com o padrão das aldeias ribeirinhas. Mesmo com esta particularidade, elas se somam ao *movimento indígena* e exigem a demarcação das suas terras, ameaçadas pelo avanço do agronegócio da soja na região.

Indígenas participando do V Fórum Social Pan-Amazônico. Santarém, novembro 2010

AUTORIA SOLANGE GAYOSO, ACERVO PNCSA – NÚCLEO BAIXO AMAZONAS 2011



Quantos são os indígenas no baixo Tapajós?

No Censo 2010, último realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena brasileira saltou para 817.963 mil indivíduos, sendo que 315.180 mil vivem nas cidades e 502.783 mil estão em comunidades nas áreas rurais. Conforme o censo são 305 povos fluentes em 274 línguas distintas. Na região do Baixo Tapajós o IBGE identificou 4.742 pessoas autodeclaradas indígenas nos municípios de Santarém, Aveiro e Belterra.

Em 2011, durante a semana dos Povos Indígenas, o CITA apresentou o resultado do levantamento censitário organizado pelo Conselho no qual foi apontado o quantitativo de 5.150 pessoas que se autodeclararam indígenas.

O movimento indígena no Baixo Tapajós encontra-se em processo de ampla territorialização, aglutinando indígenas de diferentes grupos étnicos que vivem em 55 comunidades/aldeias localizadas no entorno e dentro da Resex Tapajós-Arapiuns, na Flona Nacional do Tapajós, no PAE Lago Grande, na Gleba Nova Olinda e na região conhecida como Planalto Santareno.

TABELA 1

População residente autodeclarada indígena e distribuição por localização do domicílio nos municípios paraenses de atuação do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) – 2010

REGIÃO / MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA	RURAL
Brasil	817.963	315.180	502.783
Norte	305.873	61.520	244.353
Santarém*	2.627	631	1.996
Aveiro	1.773	97	1.676
Belterra	342	1	341

FONTE: CENSO IBGE 2010

* Inclui os indígenas residentes no município de Mojuí dos Campos

TABELA 2

População residente autodeclarada indígena e distribuição por localização do domicílio nas regiões/município de atuação do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) – 2011

REGIÃO / MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	POPULAÇÃO
Arapiuns e Maró	480	2.788
Planalto Santareno	308	1.246
Rio Tapajós	122	762
Município de Aveiro	61	354
Total	971	5150

FONTE: CITA, 2011

Reconhecimento dos territórios indígenas reivindicados: fases do processo de demarcação

Os povos indígenas no Brasil têm reconhecido legalmente seu direito à terra por força da Constituição Federal no Art. 231: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Como previsto no texto legal não é preciso dar terra aos indígenas e sim reconhecer os territórios que eles já têm direito. Para um povo indígena ter seu território reconhecido oficialmente pelo Estado Brasileiro é preciso que ocorra o processo de demarcação. Este consiste em um conjunto de estudos e atos realizados pela FUNAI e pelo Ministro da Justiça com o objetivo de levantar informações e entender como está organizado o modo de vida do grupo, de modo que os estudos realizados pela FUNAI devem explicitar qual a área necessária para a sobrevivência e proteção do povo indígena.

O processo demarcatório é regulamentado pela Lei Federal n. 6.001/73, pelo Decreto Federal n. 1775/1996 e ainda pela portaria 14/1996 do Ministério da Justiça. Segundo a lei, o processo pode ser iniciado tanto de ofício pela FUNAI quando ela toma conhecimento da existência de um povo indígena e da necessidade de proteção territorial ou a requerimento do grupo indígena por meio de suas representações.

Os critérios para identificação de um grupo como indígena são a autodeclaração e consciência de sua identidade indígena pelo índio e o reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem. Estes critérios estão previstos tanto no art. 1º da Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/ quanto no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), art. 3º, I quando afirmar que índio ou silvícola é "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional".

QUADRO 1**Fases dos procedimentos para a demarcação de uma terra indígena**

FASE DO PROCESSO	DESCRIÇÃO
Identificação e delimitação	<p>Como funciona?</p> <p>A FUNAI nomeia um antropólogo responsável e uma equipe técnica para auxiliá-lo na elaboração de um documento chamado “relatório de identificação”.</p> <p>Para quê serve? Para identificar o grupo. É uma forma de contar quem é o grupo reivindicante, de onde vem, como vive e como está organizado cultural e espacialmente. Visa também explicitar quais são as áreas necessárias para o grupo.</p> <p>Além disto, esta fase deve trazer informações fundiárias como número de ocupantes não indígenas e existência de títulos de posse e propriedade sobre as áreas pretendidas. Todos estes elementos devem ser articulados em uma proposta de área a ser delimitada pelo governo.</p>
Aprovação do relatório pela FUNAI	Depois de pronto o relatório de identificação e delimitação deve ser entregue ao Presidente da FUNAI que terá o prazo de 15 dias para aprová-lo. Caso seja aprovado o relatório deverá ser publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado no qual se pretende a demarcação.
Contestações	É permitido a todo interessado contestar desde o início o processo demarcatório. Entretanto quando o relatório é publicado começa-se a contar o prazo de 90 dias para a apresentação das contestações que podem ser tanto pedidos de indenização como denúncias ao modo como é feito o relatório. Passados estes 90 dias, a FUNAI terá 60 dias para apresentar parecer sobre as contestações e encaminhar ao Ministro da Justiça para averiguação que poderá decidir de três modos: a) Aprovar o relatório; b) Prescrever diligências a serem cumpridas em mais 90 dias; c) Desaprovar o relatório com decisão fundamentada.
Declaração dos limites da Terra Indígena	Ocorre quando o Ministro da Justiça concorda com o relatório apresentado pela FUNAI e expede portaria declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física.
Demarcação física	Significa que a FUNAI deverá colocar marcos e placas na área identificando-a como área de propriedade da União destinada ao usufruto de um determinado povo indígena.
Homologação	Após todas as etapas mencionadas o processo demarcatório deverá ser confirmado pelo Presidente da República que deverá emitir um decreto homologando-o.

FONTE: LEI FEDERAL N. 6.001/73, DECRETO FEDERAL N. 1775/1996 E PORTARIA 14/1996 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONVENÇÃO 169 – PARTE 1 POLÍTICA GERAL – ARTIGO 10

1. A presente convenção aplica-se
 - a. aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial
 - b. aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

As 55 comunidades/ aldeias, associadas ao CITA, encontram-se em diferentes fases do processo de mobilização e regularização fundiária de seus territórios e terras indígenas reivindicados, conforme quadros 2 e 3

QUADRO 2**Territórios e terras indígenas reivindicadas: comunidades, povos e fase de processo de mobilização e regularização fundiária – 2012**

TERRITÓRIO E TERRAS INDÍGENAS REIVINDICADOS	ALDEIAS/ COMUNIDADES	POVOS	FASE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO
Encantado	Aningalzinho, Aminã, Zaire e Arapiranga	Tupaiú, Arara Vermelha	Identificação
Cobra Grande	Arimun, Lago da Praia, Caruci, Nossa Sra de Fátima-Garimpo, Karidade	Arapium, Jaraqui, Tapajó	Aguardando publicação do estudo antropológico
Munduruku	Açaizal, São Francisco da Cavada, Ipaupixuna, Amparador	Munduruku	Mobilização e solicitação de criação de GT pela FUNAI
São Pedro – Braço Grande	Braço Grande, São Pedro-Muruci	Arapium	Mobilização
Nova Vista	Nova Vista	Arapium	Mobilização
Munduruku-Apiaká	São Pedro do Curuá-Una, Lagoa	Munduruku-Apiaká	Mobilização
Tupinambá	Pajurá, Limãotuba, Cabeceira do Amarin, Brinco das Moças, Muratuba, Jauarituba, Mirixituba, Jaca, Paranapixuna, Santo Amaro, Jacaré, Paricatuba, Pajurá, São Tomé (parte).	Tupinambá	Mobilização
Borari	São Raimundo, São Pedro do Curucuruí, Caranazal	Borari	Aguardando publicação de estudo antropológico.
Maytapu-Cara Preta	Escrivão, Camarão, Pinhel,	Munduruku - Cara Preta, Maytapu	Aguardando publicação de estudo antropológico
Camará	Camará	Arapium	Mobilização
Yawaretê	Yawaretê, São João do Tapiira, Cutilé	Apiaká, Arapium	Mobilização
Miripixi	Nova Pedreira, Miripixi	Arapium	Mobilização
Arapium Vila Franca	VILA FRANCA	Arapium	Mobilização
Arapium São Miguel	São Miguel	Arapium	Mobilização
Arapium São Sebastião	São Sebastião	Arapium	Mobilização
Kumarua	Araçazal, Solimões, Vista Alegre do Capixauã	Kumarua	Mobilização

FONTE: CITA, 2012

QUADRO 3**Territórios e terras indígenas reivindicadas com estudos antropológicos publicados – 2012**

TERRITÓRIO E TERRAS INDÍGENAS REIVINDICADOS	ALDEIAS/COMUNIDADES	POVOS	ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS PUBLICADOS
Bragança-Marituba	Bragança, Marituba	Munduruku	DOU N° 208 de 30/10/2009
Munduruku Taquara	Taquara	Munduruku	DOU N° 208 de 30/10/2009
Maró	Novo Lugar, São José III, Cachoeira do Maró	Borari, Arapium	DOU N° 195 de 10/10/2011

FONTE: FONTE: DOU N° 208 DE 30/10/2009; DOU N° 195 DE 10/10/2011

Elementos de identidade e territorialidade específicas

A identidade tirada, roubada, escondida....

homenagem a Da. Sinhá in memoriam

“Olha, eu nasci no Paricatuba (...). Meu pai morreu com 77 anos, a minha mãe morreu com 84 anos e eu estou aqui com 63 anos, nunca saí daqui. Meus pais moravam antes do outro lado do rio Tapajós. Com a ameaça das invasões da terra, naquela época (eu acho que era dos europeus, não sei), eles vieram pra Vila Franca, fugiram de lá pra Vila Franca. Papai falava que em 1902 eles fugiram da Vila Franca com a ameaça de guerra. Eu não sei que guerra era essa. Eles fugiram, romperam essa mata da Vila Franca. Vieram dormindo por baixo das raízes das árvores, eles forravam em baixo com a palha e cobriam com palha por cima para poder passar a noite. Amanhecia o dia, caminhavam. Eles vieram, não sei com quantos meses eles conseguiram varar aqui nesse dito igarapé. Só que eles não ficaram na margem do igarapé, eles ficaram acima da fonte do igarapé, chamada Terra Preta. Lá eles pararam, viveram um bom tempo, um tempão mesmo! (...). Eles já trabalhavam em roça, já faziam farinha, o papai lavrava a itaúba, aí com a necessidade eles procuraram ver (...) se estava longe ou perto este rio aqui, o Arapiuns. Eles desceram na margem do rio, encontraram um comerciante, ele era turco, o nome dele era Salim. Eles começaram a negociar: baixar farinha, baixar a madeira, fazer as comprinhas daquilo que a gente mais necessitava. Com o tempo os meus avós morreram, aí ficou meus tios. Nessa arrumação, pra cá pro Arapiuns, descendo ainda, o papai se engraçou da mamãe né! Casaram, antes eles viveram amigados, ela casou com ele pra lá. Aí eles baixaram de onde não tinha água pra margem do igarapé. De lá da Terra Preta eles vieram pra margem do igarapé. Eu já nasci na margem do igarapé! Eu e meus irmãos. Tenho mais dois irmãos. A minha mãe morava no Gurupá. (...). A mamãe, o papai eles tinham medo de morrer. Quando a gente via a mamãe se enfeitar, que ela colocava pulseira, colar de semente, ela rasgava folha de banana e colocava por cima da roupa dela amarradinha, ficava tão engraçadinha! - Mamãe por que a senhora faz isso? O que é isso? - Psiu! Ela fazia assim pra nós. Quando ela saía de casa ela dizia. - Olha quando vocês escutarem a zoada do hidro. Vocês sabem o que era hidro? Avião! Naquela época era hidro. Quando vocês escutarem a zoada do hidro se escondam. Mas nós estava muito vivo. Quando ele estrondava olha nós dentro do mato. Se ele passava baixo ele via só a barraca, mas nós não. Ela colocava um pedaço de pau assim, dessa grossura (demonstra com as mãos), e chamava mãe de fogo. - Vocês não crescem o fogo, deixam aí, de vez em quando vocês vão lá abanar, mas, não é pra subir a fumaça, senão eles vão saber que nós estamos aqui. Esse pessoal anda caçando a gente. Ela dizia. Mas a gente era tudo criança, a gente não sabia nem por quê! É porque os índios sempre foram massacrados, eles sempre foram mal vistos. Pros brancos o índio é um bicho de sete cabeças, eles sempre procuravam acabar com a gente(...). Eu quero dizer que eu me sinto muito feliz e orgulhosa por descobrir que sou indígena. Por que olha, eu vou dizer pra vocês a verdade, nós procuramos as nossas raízes. Não somos europeus, não somos jesuítas, nem alemães, não somos portugueses. Para quem nasce dentro dessa mata, conhece seus avós, cresce, constrói família, os pais morrem, a gente já tá com 63 anos aqui. Então o quê? O que nós podemos ser? Nós não podemos ser o mesmo, por que nossa língua foi tirada, foi escondida, foi roubada. Eu lembro que quando o papai descia pra cá com esse comerciante, que ele dizia: -“vumbora curumim”; -“vumbora cuiantã”. - Não seu Nilzinho, não é mais assim não! É menino, o senhor vai ter que chamar menino pros seus filhos homens e menina pras mulheres. Quando ele chegava em casa ele dizia pra mamãe. - Olha, não é mais pra falar assim. O Salim disse que não é mais pra falar assim...”

MARIA RÉGIS SANTANA, A D. SINHA MORADORA DE ANINGALZINHO, GRAVADO EM 2010, NA ALDEIA ANINGALZINHO

- Escola normal
- Posto de saúde
- Roças
- Coleta coletiva
- Uso de plantas medicinais
- Caça indígena
- Sítio arqueológico

- Maró**
- Munduruku-Apiaká**
- Tupinambá**
- Borari**
- Maitapu / Cara Preta**
- Camará-Novo Horizonte**
- Yawaretê**
- Miripixi**
- Arapium-Vila Franca**
- Arapium-São Miguel**
- Cumaruara**
- Arapium-São Sebastião**
- São Pedro-Braço Grande/Nova Vista**

Situações de Conflitos

- Pesca predatória «geleiras»
- Exploração madeireira
- Ameaças de morte
- Aterro dos igarapés
- Desmatamento
- Exploração de minérios
- Projetos não indígenas sem autorização prévia dos indígenas
- Consumo excessivo de álcool
- Exploração de lenha
- Caça Predatória
- Poluição das águas
- Tráfico de drogas (cigarros e bebidas)
- Conflito com a sojicultura
- Conflito com a pecuária
- Agrotóxicos

Povos Indígenas

- Arapiun
- Arara Vermelha
- Borari
- Cumaruara
- Jaraqui
- Maytapu
- Munduruku
- Munduku
- Munduruku-Cara Preta
- Tapajó
- Tupaiú
- Tupinambá
- Apiaká

- 41. Camarão
- 42. Pinhel
- 43. Camará
- 44. Novo Horizonte
- 45. Yawaretê
- 46. São Joãotapira
- 47. Cutilé
- 48. Nova Pedreira
- 49. Miripixi
- 50. Vila Franca
- 51. São Miguel
- 52. Araçazal
- 53. Solimões
- 54. Vista Alegre do Capixauá
- 55. São Sebastião

Localidades

- Aldeias
- Aldeia/Comunidades
- Comunidades
- Comunidades Quilombolas
- Territórios e T.I. com estudos antropológicos publicados

Fontes Cartográficas

Oficinas de Cartografia Social com Indígenas - 2010 a 2013
 IBGE - 2012 / FUNAI - 2012
 ICMBio - 2012 / INCRA - 2012
 Sistema de Projeção Cartográfica UTM
 Datum SAD 69
 Escala: 1/200.000
 Cartografia
 Marcos V. da C. Lima

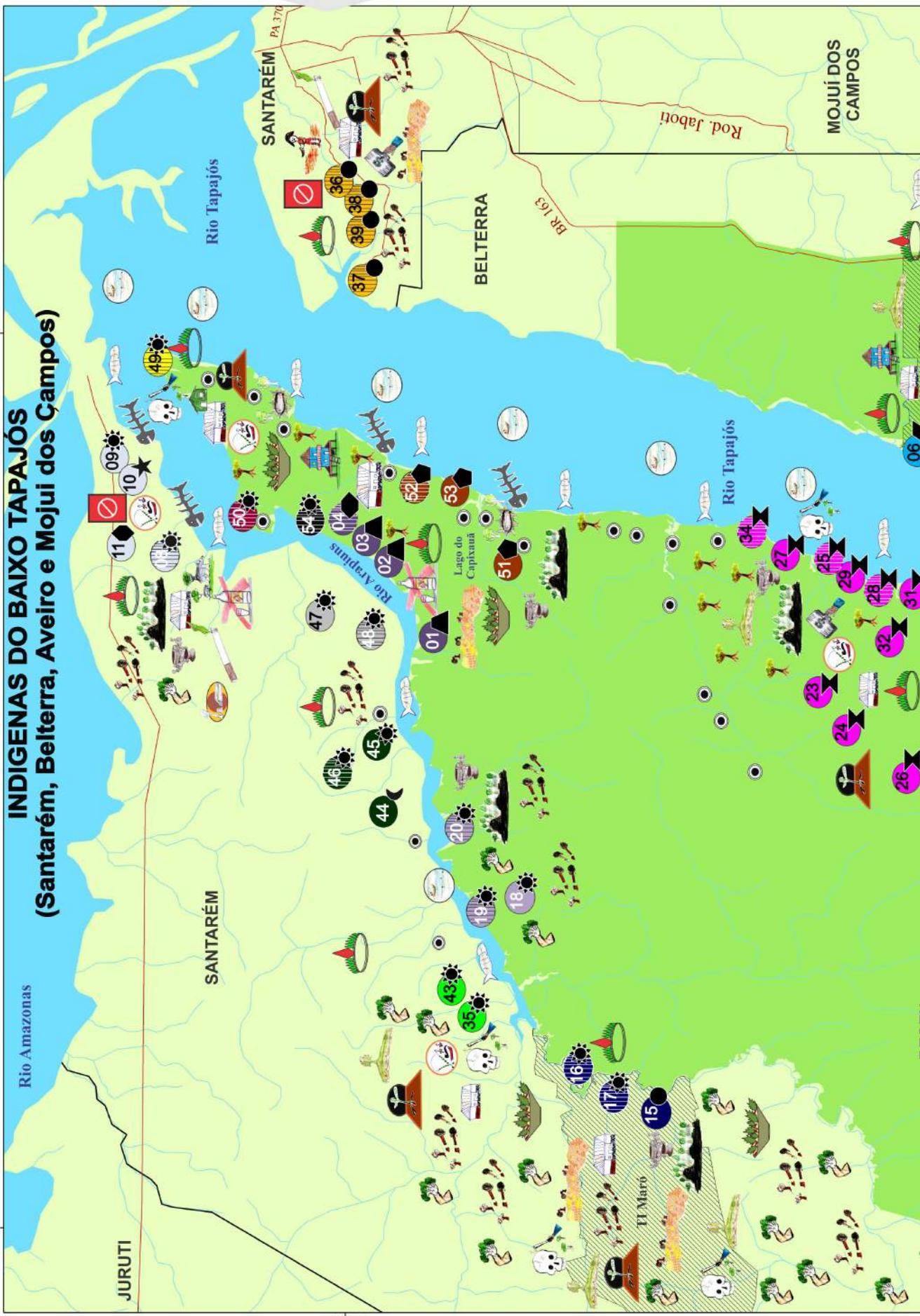
Equipe de Pesquisa no Baixo Tapajós

Adenilson Alves de Souza (Borari)
 Bruno Alberto Paracampos Mileo
 Jefferson Costa Vieira
 Judith Costa Vieira
 Marcos Vinícius da Costa Lima
 Solange M^{te} Gayoso da Costa

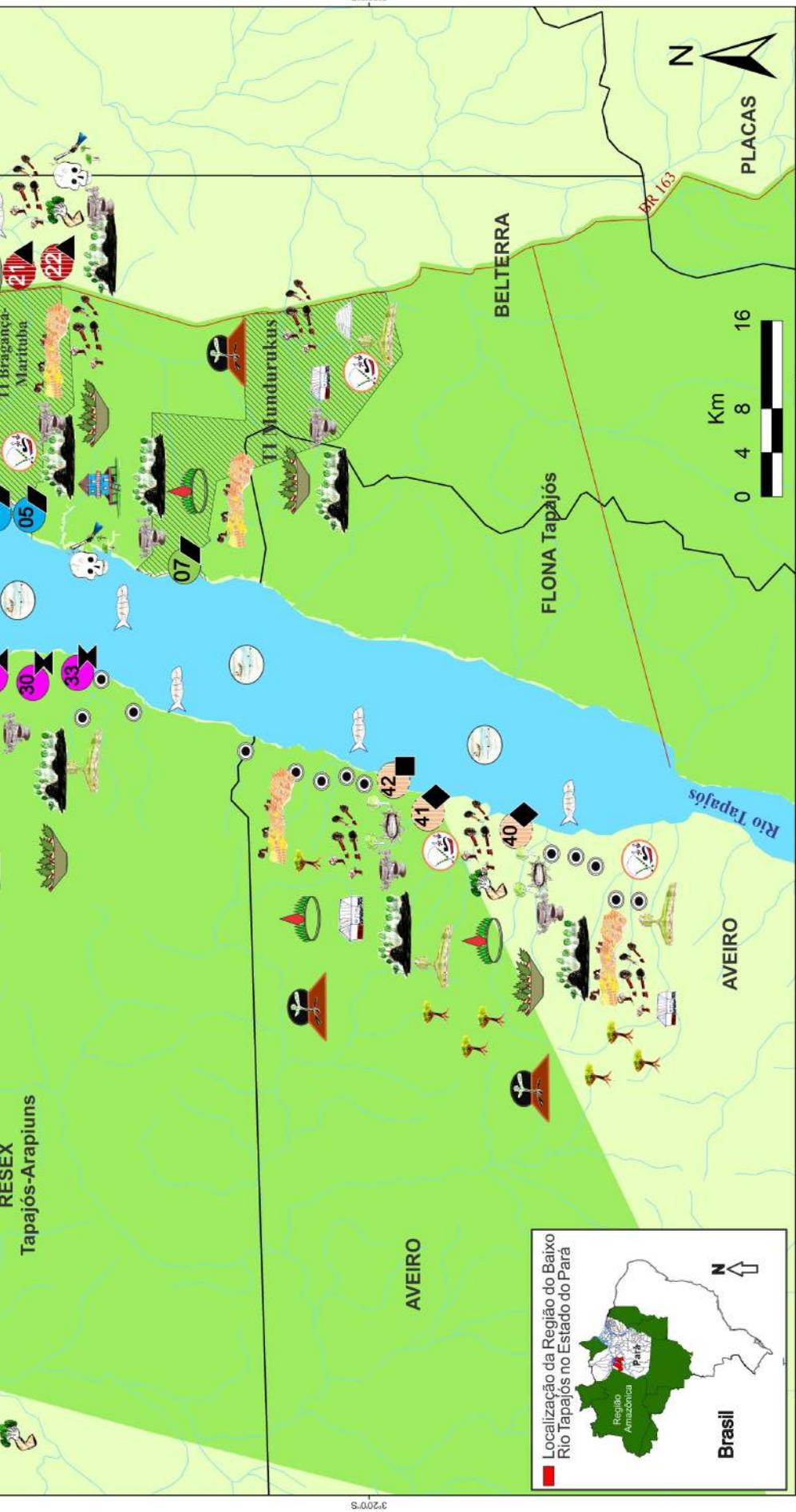
Novembro - 2014

55°50'0"W

5°0'0"S



2°30'0"S



Listagem das aldeias e comunidades plotadas no mapa

1. Aningalzinho
2. Aminã
3. Zaire
4. Arapiranga
5. Bragança
6. Marituba
7. Takuara
8. Arimun
9. Caruci
10. Lago da Praia

11. Nossa Sra. de Fátima Garimpo
12. Açaizal
13. Amparador
14. São Francisco da Cavada
15. Ipaupixuna
16. Novo Lugar
17. São José Iii
18. Cachoeira do Maró
19. Braço Grande
20. São Pedro-Muruci (é ainda Colônia)
21. Nova Vista
22. São Pedro do Curuá – Una
23. Lagoa
24. Pajurá
25. Limãotuba
26. Cabeceira do Amorin
27. Brinco das Moças
28. Muratuba
29. Jauárituba
30. Mirixituba
31. Jaca
32. Paranapixuna
33. Santo Amaro
34. Jacaré
35. Paricatuba
36. Karidade
37. São Pedro do Curucuruí
38. Caranazal
39. São Raimundo
40. Escrivão

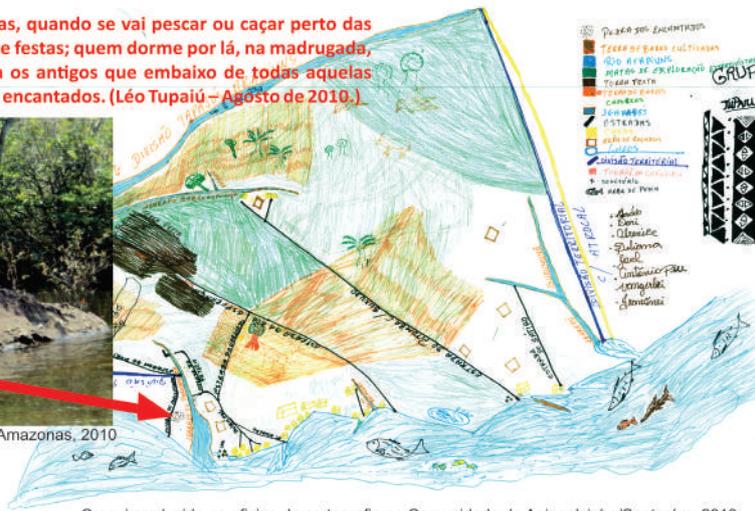
A afirmação étnica é reforçada ainda por elementos identitários como: a existência de Terra Preta nos territórios indígenas; pelas formas tradicionais de manejo da floresta (extrativismo e uso coletivo); pelas práticas indígenas de pesca, de cultivos, de uso de plantas medicinais e de produção artesanal de utensílios domésticos; pelas escolas indígenas; assim como, pelo resgate e práticas de rituais e ornamentos indígenas.

CIDADE DOS ENCANTADOS

Dizem os antigos que em noites e dias, quando se vai pescar ou caçar perto das pedras se escutam vozes e barulhos de festas; quem dorme por lá, na madrugada, escuta o canto do galo. Dizem ainda os antigos que embaixo de todas aquelas pedras está uma cidade – a cidade dos encantados. (Léo Tupaiú – Agosto de 2010.)



Autoria: S. Gayoso, Acervo: PNCSA/Baixo Amazonas, 2010



Croqui produzido na oficina de cartografia na Comunidade de Aningalzinho/Santarém, 2010.

Croqui produzido na Oficina de cartografia na comunidade de Aningalzinho, Santarém, 2010



“eu creio que em todas as nossas aldeias vão ser capazes de ter uma farmacinha caseira para servir a população e aos demais que precisam... isso fortalece demais o povo da nossa região”. (Sr. Hipólito Silva (Tupinambá), Encontro Regional-Santarém-Pa/nov. de 2012)

“Papai vem pra casa! mamãe tá doente. Não tá aguentando nem andar!
- Vou lhe ensinar um chá...tire a casca de cajú, tire folhinha de goiaba e a folha do açaí. Agora ferve tudo isso. Depois deixa esfriar e bota um pouquinho de mel de abelha... Uma hora, mais ou menos, ela sentou-se lá e disse: - moço aquele chá! Então, foi o remédio que curou ela. (um caso contado pelo Sr. Hipólito Silva (Tupinambá), Encontro Regional-Santarém-Pa/nov. de 2012)

“Nós temos a organização das mulheres indígenas que trabalham com remédio caseiro. (...) A gente fica olhando dessas ilhas as árvores. Um dia estava viajando, eu pensei e disse – Olha uma árvore de remédio”. (Antonio (Curupini), Encontro Regional-Santarém-Pa/nov. de 2012)

Croqui produzido durante o trabalho de campo no Planalto Santarémense, 2012.

Sobre a produção do mapa

A equipe de pesquisa realizou vários momentos de trabalho de campo com coleta de dados nas Aldeias de Aningalzinho, Aminã e Arapiranga no rio Arapiuns em 2010, nas comunidades/aldeias de Açaizal, Ipaupixuna, São Francisco da Cavada e Amparador no planalto santareno nos anos de 2011/2012 e 2013. Em oficinas realizadas durante a semana indígena dos anos de 2011 e 2012. Em encontros e reuniões realizados nos anos de 2012 e 2013. Parte do resultado desse trabalho está agora apresentado no conteúdo deste caderno e do mapa “Indígenas Baixo Tapajós (Santarém, Belterra, Aveiro e Mojuí dos Campos)”.

Para esta versão do mapa foram plotadas e identificadas as situações apontadas pelos indígenas durante o Encontro Regional do “Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial Contra o Desmatamento e a Devastação: Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais” (UEA/INCS/BNDES/FUNDO AMAZONIA), ocorrido em Santarém no período de 12 a 14 de novembro de 2012, e durante a reunião preparatória realizada em Alter do Chão e Amparador no período de 14 a 16 de março de 2013.

Participaram desses dois momentos os indígenas:

Adenilson Alves de Souza (Novo Lugar) Alaíde Maria dos Anjos Fonseca (São Pedro), Alessandro Sousa dos Anjos (Araçazal), Ana Flávia Sousa Carvalho (Amparador), Ana Cláudia C. da Silva (Açaizal), Antonio Elvis Tavares (Camará), Antonio Pereira (Escrivão), Antonio Oliveira (Amparador), Adailson Ferreira (Amparador), Aurilene Ferreira (Ipaupixuna), Claudete Pinheiro Fernandes (Vila Franca), Daniel de Souza P. (Alter do Chão), Delvanor de Carvalho Cardoso (Zaire), Deusdete Andrade (Arimã), Edcarlos Andre Alves (Yawaretê),

Edivan Ferreira dos Santos (Amparador), Elciene Farias dos Santos (Bragança), Enoque Pereira (Alter do Chão), Fortunata M. dos S. (Ipaupixuna), Gerson dos Santos Henrique (Aminã), Gildenis Caetano dos Santos (Pinhel), Hipólito Silva (Muratuba), Igor Oliveira (Amparador), Irlane Castro Feitosa (Paricatuba), Ivanildo de Sousa (Alter do Chão), Jadson Pedro Munhoz Barroso (Solimões), Jandvani Rodrigues Braz (Santo Amaro), João Tapajós (Arimum), Jocilene Assunção Sousa (Araçazal), Josenildo dos Santos Cruz (Açaizal), José Inaldo Castro de Sousa (Lago da Praia), José Pereira (Nova Vista), Julio (Alter do Chão), Keissiane P. Maduro (Alter do Chão), Leonrado Pereira dos Santos (Taquara), Ligiane Tapajós Barbosa (Lago da Praia), Lindanor dos Santos Mota (Jaurituba), Luis Antonio Bentes de Sousa (Araçazal), Ludinéia Gonçalves Marinho (Alter do Chão), Luz G. (Alter do Chão), Manoel Batista da Rocha (Ipaupixuna), Manoel Valdeci dos Santos Caetano (São João Tapira), Mario B. Maranhão (Alter do Chão), Margareth Pedroso dos Santos (Pinhel), Maria E. da Silva Melo (Açaizal), Maria Suzete Rodrigues Matos (Solimões), Maria Rosileni Gomes Pinto (Açaizal), Mario Cardoso Ferreira (Aminã), Miguel dos Santos Correa (Bragança), Milton Sousa Barreto (São Miguel), Moacir Imbiriba Rodrigues (Vista Alegre do Capiuã), Neuza Farias da Costa (Solimões), Perenilda Farias dos Santos (Bragança), Raimundo Carvalho Mota (Cabeceira do Amorim), Raimundo Enoque Monteiro Cardoso (Vila Franca), Ronilva Maria de Sousa Castro (São Miguel), Rosimar Gama Cardoso (Zaire), Rosivaldo Maduro (Alter do Chão), Sidnei Cardoso (Nova Vista), Tomas Correa Santana (Aningalzinho), Wildson de Oliveira (Amparador).

Reivindicações étnicas e territoriais dos indígenas no baixo Tapajós

Edviges Ioris
é antropóloga
e professora da
Universidade
Federal de Santa
Catarina (UFSC)

Paralelamente aos procedimentos conduzidos pela FUNAI, no contexto regional destacam-se também algumas iniciativas e medidas implantadas pelos poderes públicos em relação às demandas e reconhecimento dos direitos territoriais das populações indígenas. No município de Belterra, por exemplo, as atenções refletiram-se no ordenamento do Plano Diretor Participativo do município, sancionado (Lei nº 131) em 22/02/2007, no qual as terras indígenas dos Munduruku de Bragança, Marituba e Taquara foram reconhecidas e definidas como “Zonas Especiais de Interesse Cultural” (Art. 37). Em ato contíguo, a Prefeitura municipal também criou a Coordenação Indígena, alocada na Secretaria de Planejamento e Gestão, e reconheceu as escolas de ensino fundamen-

tal em suas aldeias como sendo indígenas, devendo, por essa razão, conduzir um plano de ensino diferenciado. Esses esforços na área da educação se juntaram aos implantados também pelas Prefeituras de Santarém e Aveiro. Estas ações de órgãos governamentais tanto federais quanto municipais, ressaltam o reconhecimento do movimento indígena e das suas reivindicações junto aos poderes públicos, e também demonstram a importância que estes grupos passaram a ter na composição sociocultural e política regional. Assim, depois de um longo silêncio sobre os indígenas no baixo Tapajós, as políticas públicas têm sido obrigadas a inseri-los novamente em suas pautas de discussão e a incluí-los como beneficiários de seus programas.

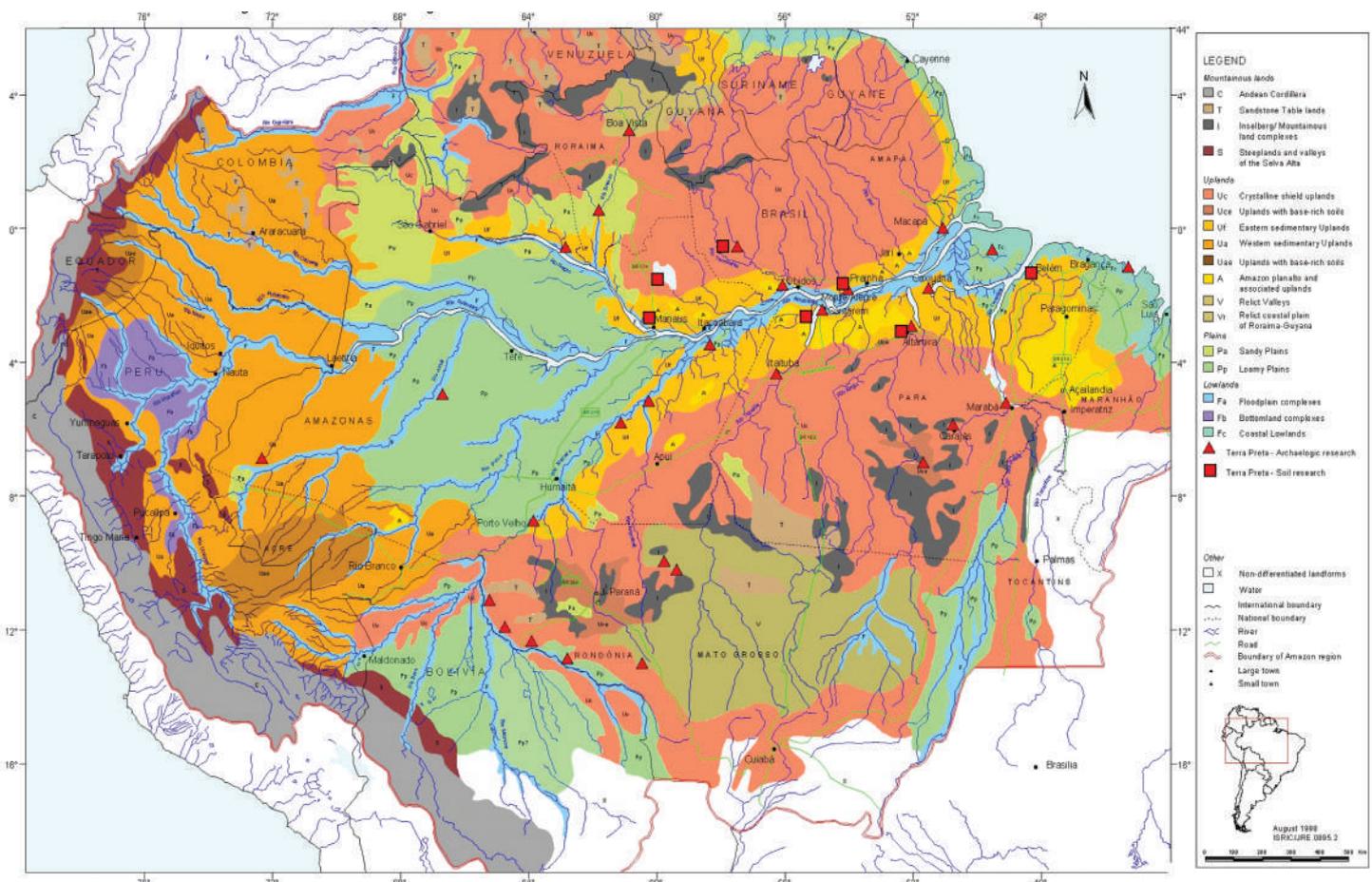
Sobre a Terra Preta de Índio

As Terras Pretas (TP), Terra Preta Arqueológica (TPA) ou Terra Preta de Índio (TPI), além de uma variante menos divulgada, a terra mulata, – assim denominadas em função de sua coloração escura –, são sítios arqueológicos encontrados principalmente na Amazônia, com origem relacionada a povos ancestrais pré-colombianos. São solos caracterizados pelo grande acúmulo de matéria orgânica, com grande disponibilidade de nutrientes como cálcio, magnésio, zinco, manganês, fósforo e carbono, por isso são considerados os mais férteis do mundo, além de conservarem a sua fertilidade por muito tempo. A ocorrência de TPs é ampla na Amazônia Brasileira, sendo estas também conhecidas na Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela. Sombroek et al. (2003, apud Karen, 2009). Estima-se que as TPs cobrem 0,1% a 0,3% ou 6 mil a 18 mil km² da Bacia Amazônica (6 Mi. km²). Mas as pesquisas indicam que se tem estimativa de 1% ou mais. (KAREN, et al., 2009). A grande maioria dos sítios arqueológicos está localizada nas margens de rios como; Purus, Madeira, Juruá, Solimões, Amazonas, Trombetas, Tapajós e Mapuera, Rio Negro, Urubu, Caxiuana e Mapuá. (KAREN, et al., 2009).

Karen et al (2009), afirma que os primeiros registros impresso sobre Terra Preta foram feitos pelo geólogo Charles Hartt baseado em suas pesquisa na região do baixo rio Tapajós nos anos de 1870 e 1871, onde estabelece uma relação entre Terras Pretas e aldeias indígenas. Outro observador do fenômeno de Terra Preta foi o geólogo James Orton, que visitou a área de Santarém em 1868. Por sua vez, também o geólogo britânico, C. Barrington Brown, fez observações semelhantes quando descreveu Terras Pretas na Guiana (Brown, 1876) e nas margens do Amazonas, próximo a Óbidos, em 1878. Friedrich Katzer publicou o clássico volume sobre a geologia da Região Amazônica, em Leipzig - Alemanha, baseado em seu trabalho de campo dos anos de 1890. Nesse trabalho o autor reconheceu a fertilidade desses solos na região do baixo Amazonas. O antropólogo William Farabee (1921), baseado em uma viagem para a região de Santarém, em 1915, achou que as Terras Pretas localizadas no extremo norte do Planalto de Belterra seriam vestígios de antigas aldeias de índio. (KAREN, et al., 2009. p.76-77)

Localização de sítios arqueológicos com Terra Preta na Amazônia

FORTE: Karen, et al., 2009, p. 76



Territórios e terras indígenas reivindicados

Raimundo Enoque, Adenilson Borari, Margareth Pedroso, Antonio Pereira (Curupini) e Hipólito Silva no trabalho de grupo no Encontro Regional Baixo Amazonas, Projeto Mapeamento Social (Fundo Amazônia) – Santarém, 12 a 14 novembro 2012

“A questão das territorialidades hoje para nós, do movimento indígena, que somos e que vivemos a cultura, não é apenas uma questão de que você vê terra ou vê mato ou água. Para nós, o território se auto difunde muito mais além da percepção que você vê nas folhas, do que você vê na árvore, do que você vê na terra. Hoje, para nós, a questão territorialidade se constitui em um âmbito maior, um interesse maior e quando a gente briga por essa territorialidade como meio de poder, de alguma forma, fazer com que esse território não venha a imediato no futuro, ser (...) depredado (...) ou invadido (...). Para nós, territorialidade em uma visão digamos assim mais nativa (...) território se constitui a partir dos elementos que estão nele, as pessoas que vivem nele, o que ele representa para tais pessoas e tais grupos (...). Sem o território aquele grupo não consegue manter a sua cultura, o seu costume, o seu modo de vida, sua crença e tudo mais.” JOÃO TAPAJÓS, ATUAL PRESIDENTE DO CITA. – ENCONTRO REGIONAL DO PROJETO MAPEAMENTO SOCIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO... SANTARÉM, NOVEMBRO DE 2012



AUTORIA: JEFERSON VIEIRA, ACERVO PNCSA – NÚCLEO BAIXO AMAZONAS, 2012. REGIONAL BAIXO AMAZONAS, PROJETO MAPEAMENTO SOCIAL (FUNDO AMAZÔNIA) – SANTARÉM, 12 A 14 DE NOVEMBRO DE 2012

Terras indígenas com estudos publicados

Nos anos de 2009 e 2011, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) publicou três estudos antropológicos aprovando as conclusões do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas Munduruku-Taquara, Bragança-Marituba (DOU N° 208 de 30/10/2009) e Marô (DOU N° 195 de 10/10/2011), perfazendo um total de 81.211ha de terras destinadas à proteção e garantia da reprodução social de 641 indígenas.

Tabela 3

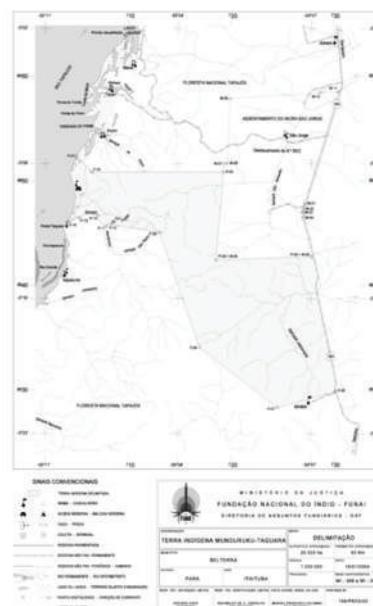
Territórios e Terras Indígenas com estudos antropológicos publicados e distribuição por área e habitantes

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	ÁREA (HECTARE)	PERÍMETRO (KM)	POVOS INDÍGENAS	FAMÍLIA LINGUÍSTICA	POPULAÇÃO
Munduruku-Taquara	Belterra	25.323	92	Munduruku	Munduruku	171
Bragança-Marituba	Belterra	13.515	83	Munduruku	Munduruku	231
Marô	Santarém	42.373	131	Borari e Arapium	Português	239
Total		81.211	306			641

FONTE: DOU N° 208 DE 30/10/2009; DOU N° 195 DE 10/10/2011

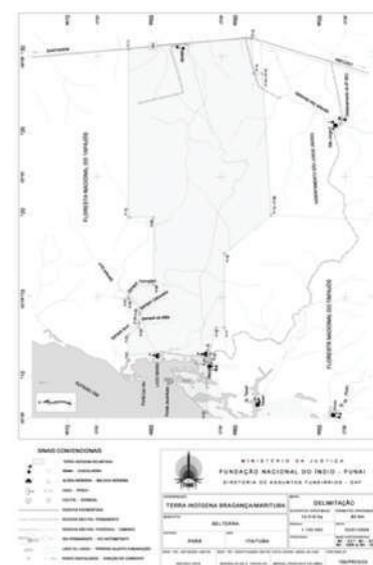
Terra indígena Munduruku-Taquara

“Produto deste movimento histórico de expansão e consolidação das bases territoriais Munduruku na região do baixo Tapajós, os indígenas de Taquara registram chegada do primeiro casal nas terras que tradicionalmente ocupam no ano de 1889. O casal se chamava Simplício Pinto de Assunção e Maria Porquêria e seu estabelecimento nestas terras reproduziam a intensa mobilidade populacional que se registrou ao longo da história entre os índios da região. (...) O núcleo familiar que se constituiu a partir do casal Simplício Pinto/Maria Porquêria configurou a base da organização social dos índios Munduruku de Taquara, apesar de outras famílias também se encontrarem no local, cujo estabelecimento foi decorrente das práticas de xamanismo. O xamanismo está na base do sistema de crenças e da organização sócio-política dos índios Munduruku de Taquara, que apresentam forte tradição de pajés que tratam não só as pessoas da comunidade indígena, mas também de outras não indígenas.” TRECHO DO ESTUDO ANTROPOLÓGICO PUBLICADO NO DOU Nº 208 DE 30/10/2009, P. 69



Terra Indígena Bragança-Marituba

“(...) Os indígenas de Bragança e Marituba faziam parte da comunidade de Marai, reconhecida regionalmente como um dos mais antigos e numerosos povoados indígenas no baixo Tapajós. As comunidades indígenas de Bragança e Marituba, assim como a de Nazaré, foram constituídas por núcleos familiares originários de Marai, e seus respectivos desmembramentos se devem a cisões internas entre os seus grupos domésticos, motivadas por disputas internas. Os índios de Bragança romperam com Marai no início dos anos 1980, enquanto que os de Marituba romperam uma década mais tarde, quando eles se separam do núcleo de Marai para criar sua própria “comunidade”. (...) Em Marituba, além dos Munduruku, encontram-se também índios que se identificam como Borari, originários de Alter do Chão, onde os Jesuítas fundaram em 1723 a Missão Borary. (...)” TRECHO DO ESTUDO ANTROPOLÓGICO PUBLICADO NO DOU Nº 208 DE 30/10/2009, P. 71



Terra Indígena Maró

“(...) Os Borari e os Arapium estão localizados nas comunidades de Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, na margem esquerda do rio Maró, afluente do rio Arapiuns, Gleba Nova Olinda I, em frente a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. (...) As histórias de migração entre os grandes rios, Arapiuns, Tapajós e Inambu contam sobre a territorialidade extensa, os antepassados indígenas e as relações entre humanos e não humanos, onde o índice de pertencimento está no rio e não na terra, relação apontada pelos velhos (as) Borari e Arapium, enquanto as pequenas migrações, no próprio rio Maró e igarapés, como o Igarapé da Raposa e o Igarapé do Cachimbo, apresentam a fixação territorial relacionado ao conhecimento ambiental, as práticas produtivas, as relações de parentesco e a práxis xamânica, para falar sobre o pertencimento a área de ocupação permanente tradicional, a Terra Indígena Maró. (...) A partir do final do século XIX início do século XX que podemos unir os dois sentidos de pertencimento, os rios e a terra tradicionalmente ocupada, através das narrativas das famílias Alves de Souza, Bagata e Costa, que contam sobre prática extrativista do látex, a Cabanagem, os casamentos por meio de puxiruns e as pequenas migrações promovidas por atuação permanente de seres sócio espirituais.” TRECHO DO ESTUDO ANTROPOLÓGICO PUBLICADO NO DOU Nº 195 DE 10/10/2011, P. 36



Conflitos socioambientais e territoriais no Baixo Tapajós

Os conflitos socioambientais e territoriais do baixo Tapajós têm sido construídos historicamente no afã das políticas de desenvolvimento econômico impetradas na região tanto por setores privados quanto pelo poder público. Essas ações têm contrariado regras e princípios de Direitos Humanos, previstos na legislação brasileira e em tratados de organizações internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As situações identificadas dizem respeito aos impedimentos de acesso aos recursos primordiais oferecidos livremente pela natureza, tanto pelo setor público quanto por outros agente sociais. Situações de ameaças de morte são constantes ao longo dos rios principais como o Tapajós, Arapiuns e Maró, tendo como principal causa as atividades de madeireiras clandestinas, da pesca predatória realizadas por geleiras de empresas originárias de outros lugares e municípios, caças da fauna por estranhos. Grandes empreendimentos econômicos são apontados como agentes que provocam transformações irreversíveis ao equilíbrio da natureza, são particularmente os latifúndios ligados à pecuária e ao agronegócio da soja, que ocupam extensas áreas desmatadas, além de contaminar o solo e as nascentes de rios e igarapés com agrotóxicos, provocando o afastamento e o próprio desaparecimento de espécies do ecossistema local.

Outros empreendimentos mais recentes e que vem causando preocupação às aldeias indígenas da região são as construções de hotéis em áreas de interesse turístico acompanhadas pela especulação imobiliária. Além dessas investidas do capital privado, há também pesquisas e levantamento mineralógicos com uso de dinamites (prospecção mineral), extração de minerais em diferentes pontos dos territórios indígenas. Apesar dos recursos hídricos terem adquiridos uma importância nacional com a descoberta de uma das maiores reservas aquíferas do Brasil, conhecido como manancial do Alter do Chão, as aldeias enfrentam problemas com a poluição de suas águas, causada pelos efluentes urbanos que são jogados diretamente nos rios, além do assoreamento ocasionado pelo desmatamento das matas ciliares que protegem às margens e as nascentes dos rios e igarapés da região.



Assoreamento da nascente de Igarapé - Comunidade de Açaizal

Plantação de soja no entorno da Comunidade de Açaizal

AUTORIA DA FOTO: JEFFERSON VIEIRA, ACERVO PNCSA EQUIPE BAIXO AMAZONAS, 2010



Declaração da mobilização nacional em defesa da Constituição Federal, dos direitos territoriais indígenas, quilombolas, de outras populações e da mãe natureza

Nós, caciques e lideranças indígenas de todo o Brasil, mobilizados em Brasília, com cerca de 1.500 participantes de mais de 100 povos distintos, e simultaneamente em vários estados da Federação, de 30 de setembro a 05 de outubro de 2013, em aliança com outros movimentos e populações (quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses), contando com o irrestrito apoio e solidariedade de amplos setores e organizações sociais (ONGs, sindicatos e movimentos populares, entre outros), repudiamos de público os ataques orquestrados pelo governo da presidente Dilma Rousseff e parlamentares ruralistas do Congresso Nacional, com expressiva bancada, contra os nossos direitos originários e fundamentais, principalmente os direitos sagrados à terra, territórios e bens naturais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

A bancada ruralista, a serviço de interesses privados, quer a qualquer custo suprimir os nossos direitos, rasgando a Constituição Cidadã, por meio de dezenas de projetos de lei

e emendas à Constituição, em especial a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12 e outras tantas iniciativas legislativas nocivas, destinadas a legalizar a exploração e destruição, disfarçada de progresso, dos nossos territórios e da mãe natureza, em detrimento da integridade física e cultural das atuais e futuras gerações dos nossos povos e culturas.

Os ruralistas e seus comparsas querem fazer o mesmo que fizeram no ano de 2012, quando aprovaram um novo Código Florestal adequado a seus interesses e aos de multinacionais do agronegócio que os patrocinam.

O governo da presidente Dilma é conivente com essa ofensiva que busca mudar a Constituição Federal. Por isso tem promovido a desconstrução da legislação ambiental e indigenista que protege os nossos direitos, cedendo às pressões dos ruralistas, por meio de negociatas e compromissos pactuados principalmente pelos ministros José Eduardo Cardozo, da Justiça; Luís Inácio Adams, da AGU, e Gleise Hoffmann, da Casa Civil, articulados com a presidente da Confederação Nacional de Agricultura, senadora Kátia Abreu. Se não fosse assim o governo Dilma já teria mobilizado a sua base aliada para impedir os ataques que sofremos no Congresso Nacional e assegurado uma agenda positiva, que permitisse a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e do projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Essa conduta omissa e conivente, de pactuação e submissão aos interesses do capital, materializa-se na edição de medidas que agravam a desconstrução dos nossos direitos, tais como a Portaria Interministerial 419/2011, a Portaria 303/2012 da AGU, a Portaria 2498 e o Decreto 7957/2013, ao mesmo tempo que promove a destruição dos nossos territórios por meio da expansão do agronegócio, das hidrelétricas e de tantos outros grandes empreendimentos do PAC. Para piorar, o governo Dilma paralisou, como seu antecessor, a demarcação das terras indígenas, a criação de unidades de conservação, a titulação de quilombos e a efetivação da reforma agrária. Toda essa ofensiva é destinada a inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas que continuam usurpadas, na posse de não índios; reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas, que estão na posse e sendo preservadas pelos nossos povos. Objetivos esses que aumentam o acirramento de conflitos, a criminalização das nossas comunidades e lideranças, enfim, a insegurança jurídica e social que perpetua o genocídio inaugurado pelos colonizadores contra os nossos povos há 513 anos.

Verificamos assim, por parte do Estado, flagrantes desrespeitos à Constituição Federal e aos tratados internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, desconsiderando a contribuição milenar dos nossos povos e a importância estratégica dos nossos territórios para o Bem Viver da humanidade e do planeta terra.

Diante dessa realidade, de forma unânime, de uma só voz, declaramos e exigimos do Estado brasileiro, inclusive do Poder Judiciário, que respeite os nossos direitos, que valorize a diversidade e pluralidade da sociedade brasileira. Reafirmamos que vamos resistir, inclusive arriscando as nossas vidas, contra quaisquer ameaças, medidas e planos que violam os nossos direitos e buscam nos extinguir, por meio da invasão, destruição e ocupação dos nossos territórios e bens naturais, para fins neodesenvolvimentistas e de interesses de uns poucos.

Declaramos que se os ruralistas conseguirem mudar a Constituição ou se o Poder Executivo modificar os procedimentos de demarcação das nossas terras e continuar com a paralisia na demarcação dos nossos territórios, para nós, essas medidas serão nulas, porque seguiremos resistindo e pautando as nossas vidas somente pelo que reza a Carta magna de 1988 e os tratados internacionais assinados pelo Brasil referentes aos nossos direitos.

Estamos mobilizados e dispostos a autodemarcar, proteger e desintrusar os nossos territórios, custe o que custar, em memória dos nossos ancestrais, dos nossos antepassados e líderes dos nossos povos que há 25 anos lutaram de forma aguerrida, junto com outros segmentos da população brasileira, contra a ditadura militar, por uma sociedade realmente plural, justa e democrática.

João Tapajós (Vice presidente do CITA), Cacique Mario Tupaiú, Cacique Manoel Munduruku e Cacique Jadson Kumaruara, em Brasília participando da Mobilização Nacional Contra às PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12 – De 30 de setembro a 05 de outubro de 2013

AUTORIA DA FOTO: CACIQUE CLODOVALDO TAPAJÓS, ACERVO PESSOAL DE JOÃO TAPAJÓS, 2013



ca, e uma Constituição Cidadã que garantisse, por fim, o reconhecimento e garantia dos nossos direitos originários, coletivos e fundamentais.

Por tudo isso, exigimos o fim de todos esses ataques aos nossos direitos, o respeito irrestrito à Constituição Federal:

1. O arquivamento imediato e definitivo de todas as iniciativas legislativas que afrontam os nossos direitos, sobretudo a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/ que buscam suprimir os nossos direitos originários, coletivos e fundamentais;
2. A aprovação do PL 3571/2008 de criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), do Estatuto dos Povos Indígenas e da PEC 320/2013 que propõe a criação de quatro vagas para deputados federais indígenas;
3. A urgente revogação de todas as portarias e decretos editados pelo governo Dilma e que afrontam os nossos direitos, principalmente a Portaria 419/2011, Portaria 303/2012, Portaria 2498 e Decreto 7957/2013;
4. A retomada imediata da demarcação de todas as terras indígenas, assegurando a sua proteção, extrusão e sustentabilidade;
5. O fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), para que cumpra adequadamente a sua responsabilidade de zelar pelos direitos indígenas, principalmente no tocante a demarcação de todas as terras indígenas, conforme determinou a Constituição Federal de 1988;
6. O respeito, por fim, ao caráter multiétnico e pluricultural do Brasil reconhecido pela Constituição Federal, assegurando para os nossos povos reais e efetivas políticas públicas, estruturantes e permanentes, específicas e diferenciadas, nas áreas da educação, da saúde e de todas as áreas do nosso interesse;
7. Priorização pelo Poder Judiciário, sobretudo ao STF, do julgamento de processos de interesse dos nossos povos e comunidades, de forma especial a Petição 3388;

Por fim, reiteramos a nossa determinação de permanecermos unidos e em aliança com outros movimentos e organizações sociais que como nós lutam pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e plural. Brasília – DF, 03 de outubro de 2013.

DISPONÍVEL EM [HTTP://MOBILIZACAO NACIONAL INDIGENA.WORDPRESS.COM/2013/10/03/DECLARACAO-DA-MOBILIZACAO-NACIONAL-EM-DEFESA-DA-CONSTITUICAO-FEDERAL-DOS-DIREITOS-TERRITORIAIS-INDIGENAS-QUILOMBOLAS-DE-OUTRAS-POPULACOES-E-DA-MAE-NATUREZA/](http://MOBILIZACAO NACIONAL INDIGENA.WORDPRESS.COM/2013/10/03/DECLARACAO-DA-MOBILIZACAO-NACIONAL-EM-DEFESA-DA-CONSTITUICAO-FEDERAL-DOS-DIREITOS-TERRITORIAIS-INDIGENAS-QUILOMBOLAS-DE-OUTRAS-POPULACOES-E-DA-MAE-NATUREZA/). ACESSO EM 20 DE JANEIRO DE 2014

C122 Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 1 (jun. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014

il. ; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2359-0300

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marín, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA

COORDENAÇÃO GERAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida
UEA/ PPGAS, PPGSCA-UFAM

Rosa Elizabeth Acevedo Marín NAEA/UFPA

COORDENAÇÃO REGIONAL

Solange Maria Gayoso da Costa ICSA/PPGSS/UFPA

Judith Costa Vieira ICS/UFOPA

EQUIPE DE PESQUISA

Solange Maria Gayoso da Costa PPGSS/ICSA/UFPA

Judith Costa Vieira ICS/UFOPA

Marcos Vinicius Costa Lima UNAMA/INCS

Bruno Paracampo Mileo ICS/UFOPA

Jefferson Costa Vieira ALUNO UFOPA

Adenilson Borari ALUNO UFOPA

Gleyce Kelly R. Miranda ALUNA UFPA

ORGANIZAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Solange Maria Gayoso da Costa PPGSS/ICSA/UFPA

Judith Costa Vieira ICS/UFOPA

Marcos Vinicius Costa Lima UNAMA/INCS

Bruno Paracampo Mileo ICS/UFOPA

CARTOGRAFIA

Coleta de dados e croquis: equipe de pesquisa

Ícones da legenda do mapa: indígenas presentes

no encontro regional e na reunião preparatória

Montagem e arte cartográfica:

Marcos Vinicius Costa Lima – UNAMA/INCS

REVISÃO DESTA EDIÇÃO

Solange Gayoso

Judith Vieira

Bruno Paracampo Mileo

Marcos Vinicius Costa Lima

FOTOGRAFIAS

Solange Gayoso ACERVO PNCSA – NÚCLEO BAIXO AMAZONAS

Jefferson Vieira ACERVO PNCSA – NÚCLEO BAIXO AMAZONAS

Cacique Clodoaldo ACERVO PESSOAL

DE JOÃO TAPAJÓS

CAPA/IMAGENS

Localização de sítios arqueológicos na região

do rio Tapajós de Curt Nimuendajú, 1923; mapa

Indígenas do Baixo Tapajós; mapa Terras Indígenas

Munduruku Taquara e Bragança Marituba,

DOU nº 208 de 30.10.2009; mapa Terra Indígena Maró,

DOU nº 195 de 10.10.2011

CAPA/FRASE

Sr. Antonio Pereira (Curupini), Aldeia Escrivão

(município Aveiro), no Encontro Regional do

Projeto Mapeamento Social, realizado em Santarém

de 12 a 14 novembro 2012

DESIGN GRÁFICO

CASA 8 PROJETOS E EDIÇÕES

REALIZAÇÃO

Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Universidade Federal do Pará – UFPA

Universidade Estadual do Amazonas – UEA

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA 1

JUNHO 2014

Na região do Baixo Tapajós no estado do Pará, tem se observado, nos últimos 30 anos, um processo crescente de territorialização de povos indígenas, que por meio de diferentes etnias estão se autoafirmando em seus territórios tradicionalmente ocupados. Nesse sentido, um crescente movimento de agentes sociais, até então classificados como “caboclos”, passaram a se autodefinir como indígenas e a reivindicar o reconhecimento legal de sua etnia e território. Tais povos se organizam em associações, conselhos e por territorialidades específicas segundo seus grupos étnicos e os territórios reivindicados

PROJETO

**Mapeamento
Social**



ISSN 2359-0300

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



REALIZAÇÃO

CONSELHO INDÍGENA
TAPAJÓS ARAPIUNS
– CITA

APOIO

